

A Noção de Infância e o Critério de Verdade de Rousseau Presentes em Emílio.

Carlos da Fonseca Brandão

Existiria alguma diferença entre a *pedagogia realista* baseada no *ensino das coisas*, defendida por Emile Durkheim e a idéia pedagógica de Jean-Jacques Rousseau pela qual devemos conservar a criança na *dependência das coisas*? Para responder à essa questão escolhemos um capítulo (n.º 23) do livro *A evolução pedagógica* de Durkheim e o livro *Emílio ou Da Educação* de Rousseau, procurando explicitar a noção de infância presente no pensamento de Rousseau e o critério de verdade utilizado pelo mesmo.

Durkheim quando fala em uma *pedagogia realista*, baseada no *ensino das coisas*, classificação na qual engloba além de Rousseau, Comenius e Montaigne, o faz primeiro em contraposição à uma determinada *pedagogia humanista*, a qual, por sua vez, é baseada no *ensino dos textos*. Poderíamos dizer que o que Durkheim chama de *pedagogia humanista* nós costumamos identificar como *pedagogia tradicional*, e o que ele denomina como *pedagogia realista* nós costumamos denominar de *pedagogia nova*¹.

Para Durkheim o *ensino das coisas* diz respeito ao ensino das ciências, não só no sentido de aquisição de novos conhecimentos pelo homem, mas também que esse conhecimento seja útil ao homem em relação às *necessidades vitais da sociedade*. Tais necessidades vitais significam para Durkheim as condições que são indispensáveis para o bom funcionamento dessa sociedade.

A pedagogia defendida por Durkheim entende que o *ensino das coisas* está diretamente ligado à natureza, em dois sentidos: o sentido de conhecimento do mundo físico e, mais importante, o sentido da intervenção do homem na transformação da natureza em seu proveito, ou melhor, em proveito da sociedade da qual o indivíduo é parte constituinte. Esse segundo

sentido justifica a idéia da necessidade do ensino das noções fundamentais das ciências para as crianças, desde que tais noções sejam úteis na preparação dessa criança para alguma função futura na sua sociedade.

Temos aqui os dois primeiros pontos divergentes entre os pensamentos de Durkheim e de Rousseau. O primeiro ponto é que quando Rousseau fala em manter a criança na *dependência das coisas* ele define, primeiramente, dois tipos de dependências, qual sejam, a *dependência das coisas* e a *dependência dos homens*. A *dependência das coisas* é a dependência dos homens em relação à natureza, ao mundo natural, ao passo que a *dependência dos homens* é a relação de dependência entre o indivíduo e o restante da sociedade, ou seja, a dependência que caracteriza as relações sociais.

Para Rousseau, diferentemente de Durkheim, essa relação de dependência do homem para com a natureza implica não no agir do homem sobre a natureza, mas sim o homem agindo de acordo com as leis da natureza. A educação para Rousseau pode ser dividida em três tipos: a *educação da natureza*, que significa o *desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos*, a *educação dos homens*, que significa o *uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento*, e por fim, a *educação das coisas*, que significa a *aquisição de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam*.

Em função dessa classificação podemos afirmar que, mesmo que a idéia de transformação da natureza pelas mãos do homem não esteja devidamente explicitada em Durkheim, sendo portanto uma interpretação exclusivamente de nossa autoria, ainda assim, de forma alguma ela está presente em Rousseau, já que este reafirma, em diversos momentos, a importância da educação do homem em consonância à natureza e às suas leis, as quais chama de *leis naturais*. A julgarmos dessa maneira, teremos encontrado aquilo que acreditamos ser a primeira diferença entre o pensamento de Durkheim e o de

¹ Torna-se importante frisar que Durkheim não considera o que ele chama de ensino dos textos, a pedagogia humanista, hegemônica até o século XVIII e presente ainda no século XIX, como uma inútil tarefa pedagógica. O que Durkheim procura enfatizar em seu texto é que o ensino das coisas, e portanto a pedagogia realista, é o processo pedagógico mais adequado para os tempos pós século XVIII.

Rousseau, no que diz respeito ao *ensino das coisas* e à *dependência das coisas*.

A segunda diferença significativa é que, enquanto Durkheim insiste na utilidade do *ensino das coisas* como forma de preparação da criança para uma futura profissão, e portanto a busca de um lugar dentro de um determinado sistema social, Rousseau advoga o que ele denomina de *educação natural*, sem pretender determinar *a priori* qual a ocupação futura da criança, mas sim procurar formar, através dessa *educação natural*, um homem que seja capaz de viver bem em qualquer circunstância e em qualquer sociedade, independentemente da ocupação profissional que vier a escolher.

Partindo da idéia da possibilidade da existência de uma *educação natural*, Rousseau irá desenvolver a sua noção de infância. Para Rousseau a criança deve nascer e crescer próxima à natureza e de acordo com as leis da mesma, ou seja, a criança deve nascer de parto normal, sendo que o aborto é condenado por Rousseau exatamente por ferir as leis da natureza.

Tendo nascido de parto natural, a criança deve ser amamentada pela própria mãe e não pelas chamadas amas de leite. O leite materno mais do que fortificar a constituição física da criança reafirma os laços naturais entre a mãe e sua cria, seu fruto. Quando em sua primeira infância, a criança não deve ser amarrada com roupas que prejudicam o seu desenvolvimento físico e a desenvoltura de seus movimentos. Assim como nasceu, a criança deve crescer junto à natureza, alimentando-se somente de coisas vindas da natureza, jamais deve ser dada à criança alimentos carnívoros, pois sendo alimentos adquiridos pela matança de seres até recentemente vivos, não são alimentos naturais, afinal matar seres vivos contraria as leis da natureza.

A noção de infância presente em Rousseau é que essa fase da vida do ser humano é uma fase extremamente frágil e portanto deve ser protegida. O sentido dessa proteção não é o sentido que usualmente empregamos, quer seja, o sentido de isolar a criança dos perigos presentes no mundo. Para Rousseau proteger significa orientar a criança sem que a mesma perceba que está sendo orientada. Tal orientação também inclui a prevenção de maiores riscos ou

perigos que possam vir a prejudicar a criança².

Segundo Rousseau, a educação da criança deve se pautar em dois pilares: a liberdade e a necessidade. A liberdade diz respeito ao ser moral, à dependência dos homens, às relações sociais. A necessidade diz respeito à dependência das coisas. Diz Rousseau: *Nada concedeis aos seus desejos porque ela o pede, mas porque precisa*. Dentro do reino de suas necessidades as crianças são afetadas primeiramente pelos seus sentidos (visão, tato, olfato, paladar e audição). Serão os sentidos que estimularão a imaginação e essa deve ser incessantemente combatida, pois é através da imaginação que nascem as paixões.

Se a criança deve ser educada para sempre, e especialmente quando adulta, agir em função de sua razão e não em função de suas paixões, o melhor que devemos fazer é explorar ao máximo o desenvolvimento dos sentidos nas crianças, dando à elas o que lhes pertence, fazendo com que a imaginação não se coloque no lugar destinado ao conhecimento³.

O hábito é outro vício que deve ser combatido na educação das crianças, pois, segundo Rousseau, *o hábito acrescenta uma nova necessidade à da natureza*, e a criança só deve possuir as necessidades provindas da natureza, sendo portanto necessário combater a formação de possíveis hábitos. O único hábito permitido à criança é o de não possuir nenhum hábito, tornando-se assim senhora de si mesma, e só fazendo as coisas de que tem vontade, quando as tiver.

Notamos que o pensamento exposto acima já faz parte daquilo que poderíamos chamar de reino da liberdade, na medida em que toda a educação de Emílio visa lhe dar condições para que possa, ou melhor, para saiba sempre fazer a escolha que traga melhores e maiores benefícios ao seu ser. É preciso deixar claro que quando falamos em melhores e maiores benefícios,

² Entendemos que para se compreender melhor o sentido da proteção que Rousseau advoga para a infância, necessário se faz remeter, entre outras, à discussão da enoculação ou não da varíola nas crianças, presentes no Emílio (p. 150).

³ Rousseau afirma que a imaginação é pernicioso ao gênero humano por ser ela a responsável direta pela aquisição dos desejos humanos, provocando-os ou nutrido-os. À medida que não conseguimos realizar ou satisfazer tais desejos, ficamos mais distantes de nossa condição natural (já que os desejos não partem de nossa razão e sim de nossa imaginação). Consequentemente, cada vez mais, a felicidade se afasta de nós.

estamos nos referindo à capacidade de Emílio fazer o bem às pessoas, tornando-se assim o que Rousseau considera que seja uma pessoa boa, que nunca faça mal a alguém, afinal, nunca, *em qualquer coisa os malvados são bons para algo de bom*. Esse seria, segundo Rousseau, objetivo da educação que ministrará à Emílio e que toda educação deveria buscar.

A liberdade de que Rousseau fala é a liberdade que o homem possui de fazer as suas escolhas pautado somente pelo uso de sua razão e não influenciado pelas paixões, hábitos ou instintos. A liberdade para Rousseau é o primeiro de todos os bens e o seu uso é a condição de felicidade das crianças e dos homens, desde que tais homens e crianças só desejem o que podem e só façam o que lhes agradem.

Apesar de, para Rousseau, a liberdade e a necessidade estarem presentes na infância, essa fase do desenvolvimento humano não comporta a razão. Para Rousseau a razão, ou a idade da razão, inicia-se aos doze anos, chegando mesmo a afirmar que, devido a ausência da razão, o intervalo que vai do nascimento aos doze anos é o mais perigoso intervalo da vida humana. A ausência de razão pode permitir que brotem nas crianças os primeiros erros e vícios, os quais não poderão ser combatidos com o uso da razão, afinal ela ainda não se faz presente na criança.

Seguindo essa linha de argumentação, Rousseau considera que a razão é um composto de todas as faculdades do homem, sendo, por esse motivo, a faculdade que se desenvolve com mais dificuldade e mais tardiamente. Em função dessas características o maior erro cometido pela maioria dos preceptores, quando da educação de suas crianças, é exigirem que elas raciocinem.

Se a criança não possui razão, os preceptores, segundo Rousseau, não deveriam ensinar a virtude ou a verdade, mas proteger o coração da criança contra o vício e o espírito contra o erro⁴. Mas não é somente a razão que está ausente na criança. Para Rousseau, na infância o coração também ainda não sente nada, o que faz com que a melhor educação só se realize através dos exemplos, ou seja, as atitudes de seu preceptor.

⁴ Rousseau também irá afirmar que a infância é o sono da razão.

Se, pela ordem da natureza, a razão chega invariavelmente aos doze anos, qual o intuito de Rousseau na educação de Emílio? Rousseau quer que Emílio conheça a verdade. Somente pelo conhecimento da verdade é que Emílio poderá escolher entre o bem e o mal, escolha essa ditada exclusivamente pela razão, nunca pelos desejos, pelas paixões ou pelos instintos. Fazer a escolha entre o que é bom e o que é mau, é, para Rousseau, fazer uso da liberdade. Se na infância usamos a liberdade de escolha pautada pela necessidade, após a infância seremos livres à medida que pautarmos nossas escolhas através do uso de nossa razão.

A questão que se coloca, para nós e para Emílio, é, mesmo utilizando-se da razão, como saberemos o que é a verdade e o que não o é? A verdade para Emílio será sempre aquilo que a sinceridade e a simplicidade de seu coração assim determinarem⁵. Sendo a busca da verdade o maior objetivo do filósofo, no caso Rousseau, o primeiro critério na busca dos conhecimentos será só *admitir como evidentes todos aqueles a que, na sinceridade do meu coração, não possa recusar meu consentimento*. Os conhecimentos verdadeiros serão todos aqueles *os que me pareçam ter uma ligação necessária com os primeiros*. Os conhecimentos que não satisfizerem esse dois primeiros critérios, deverão ser deixados de lado, sem os rejeitar ou os admitir, se não demonstrarem terem alguma utilidade prática.

Mas, e o que é o coração? É a morada da consciência, onde estão localizados os princípios de justiça e da virtude do ser humano. É através da consciência, e portanto do coração, que Emílio deve pautar sua conduta, julgando suas ações e as ações de outrem como boas ou más. Tais princípios, ou regras, estão marcados pela natureza no fundo do coração, *em caracteres indelévels*. Nesse mesmo sentido, Rousseau afirma que *a consciência é a voz da alma, as paixões são a voz do corpo*.

Essa última afirmação de Rousseau não pode ser interpretada como se ele considerasse alma e corpo como duas instâncias separadas. Rousseau apenas pregava o domínio do espírito (alma) sobre o corpo, já que é no espírito que a razão se localiza e a razão deve prevalecer sobre qualquer outra instância corpórea ou não.

⁵ Esse critério de Rousseau está presente não só na Profissão de fé do vigário saboiano, mas também nas qualidades de Sofia.

Tendo tido a pretensão de esclarecer a noção de infância e o critério de verdade presentes no pensamento de Rousseau e explicitados no *Emílio ou Da educação*, resta-nos agora tentar sintetizar o que Rousseau chama de *dependência das coisas*. A melhor forma de fazer tal tarefa é deixar Rousseau falar: *Sei apenas que a verdade está nas coisas e não no meu espírito que as julga, e que, quanto menos coloco de meu nos juízos que faço sobre elas, mais estou seguro de me aproximar delas.*

Mesmo que tardia, entendemos que essa última citação nos ajuda a entender a diferença entre o *ensino das coisas* proposto por Durkheim e a *dependência das coisas* proposta por Rousseau. Tal dependência é necessária para o gênero humano, pois, segundo Rousseau, se a razão está no espírito, a verdade está nas coisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DURKHEIM, Emile. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995 (Trad.: Bruno Charles Magne), cap. 23, pp. 260-73.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da educação*. São Paulo, Martins Fontes, 1995 (Trad.: Roberto Leal Ferreira).

Carlos da Fonseca Brandão
Professor Assistente do Departamento de Educação -
UNESP - Assis
